

## O AMBIENTE COMO METÁFORA NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO: UM DIÁLOGO ENTRE CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO E MILTON SANTOS

Evelin Cunha Biondo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo examina o conceito de ambiente na Geografia brasileira contemporânea, explorando o debate entre Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Milton Santos. O objetivo deste artigo é compreender se o conceito de ambiente é ou não uma metáfora e uma falsa questão para Geografia – logo, se ele é pertinente ao pensamento geográfico. Conclui-se que, para o pensamento geográfico, é fundamental pensar com conceitos e que esse tipo de atividade possui implicações diretas para a Geografia enquanto ciência. Nesse sentido, concorda-se com os escritos de Monteiro e considera-se que o conceito de ambiente pode ser fundamental para a Geografia e para o exercício do pensar a partir de conceitos.

**Palavras-chave:** Pensamento Geográfico. Ambiente. Conceito. Metáfora.

## ENVIRONMENT AS A METAPHOR IN BRAZILIAN GEOGRAPHIC THOUGHT: A DIALOGUE BETWEEN CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO AND MILTON SANTOS

**Abstract:** This article examines the concept of environment in contemporary Brazilian Geography, exploring the debate between Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro and Milton Santos. The objective of this article is to understand whether or not the concept of environment is a metaphor and a false question for Geography – therefore, whether it is pertinent to geographic thinking. It is concluded that, for geographic thinking, it is fundamental to think with concepts and that this type of activity has direct implications for Geography as a science. In this sense, we agree with Monteiro's writings and consider that the concept of environment can be fundamental for Geography and for the exercise of thinking based on concepts.

**Keywords:** Geographic thought. Environment. Concept. Metaphor.

## EL AMBIENTE COMO METÁFORA EN EL PENSAMIENTO GEOGRÁFICO BRASILEÑO: UN DIÁLOGO ENTRE CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO Y MILTON SANTOS

**Resumen:** Este artículo examina el concepto de ambiente en la Geografía brasileña contemporánea, explorando el debate entre Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro y Milton Santos. El objetivo de este artículo es comprender si el concepto de ambiente

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Humanidades do Colégio de Aplicação, Porto Alegre, Brasil, [evelinb@gmail.com](mailto:evelinb@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0002-3041-3389>

es o no una metáfora y una falsa cuestión para la Geografía, y, por lo tanto, si es relevante para el pensamiento geográfico. Se concluye que, para el pensamiento geográfico, es fundamental pensar con conceptos y que este tipo de actividad tiene implicaciones directas para la Geografía como ciencia. En este sentido, se está de acuerdo con los escritos de Monteiro y se considera que el concepto de ambiente puede ser fundamental para la Geografía y para el ejercicio de pensar a partir de conceptos.

**Palabras clave:** Pensamiento Geográfico. Ambiente. Concepto. Metáfora.

## Introdução

Considera-se que o conceito de ambiente se modifica a partir da crescente crise de civilização, que põe em confronto a episteme que fundamenta o mundo, estabelecida na modernidade e no capitalismo, através da ascensão de novos debates. Buscando contribuir com a reflexão sobre a forma como esses paradigmas produzem e assimilam o conceito de ambiente, é necessário compreender quais são os conceitos de ambiente desenvolvidos na e pela Geografia brasileira contemporânea. Para isso, é necessário delimitar os debates, os problemas e a produção intelectual concernentes a esse conceito a partir da Geografia, para evidenciar as matrizes de pensamento que compõem os entendimentos sobre o ambiente e os entraves que se estabelecem para considerá-lo como possibilidade de centralidade no pensamento geográfico, ou seja, para considerar o ambiente como um conceito espacial.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é compreender se o conceito de ambiente é ou não uma metáfora e uma falsa questão para Geografia – logo, se ele é pertinente ao pensamento geográfico. Para isso, esta pesquisa apoia-se no conceito de metáfora de Milton Santos (2008). Dentro da Geografia brasileira, as críticas a esses conceitos não foram raras. Não é impossível pensar que a disputa mais conhecida e evidente sobre o conceito de ambiente e da questão ambiental na Geografia brasileira tem, de um lado, Milton Santos como um dos maiores opositores ao seu uso enquanto conceito geográfico. Seu principal ponto é que o conceito de meio ambiente é uma metáfora para a Geografia. Do outro lado, está Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que se incomoda<sup>2</sup> com o apontamento da questão ambiental como uma

<sup>2</sup>Contextualizando a origem do debate nas palavras de Monteiro (2003, p. 11): “No decorrer desta mesa final [referindo-se ao evento ‘GEOGRAFIA 2001’, na UFS], ao sabor de uma discussão acalorada, ouvi, com surpresa, nossa colega Maria Adélia [Aparecida de Souza] – uma dileta amiga a quem muito estimo – proclamar que, essa questão ambiental, ventilada na Geografia era um engodo, uma ‘falsa questão’. Ao intervir no incidente manifestei meu espanto e – talvez imprudentemente – associei a

“falsa questão” na Geografia e vai fornecer argumentos para delimitar a questão ambiental como geográfica.

Para expor esse embate, servem de apoio as ideias contidas em Santos (1992, 1995, 2003, 2008), em Santos e Silveira (1997), em Souza (2009) e em Monteiro (1984, 2003)<sup>3</sup>. Inicialmente, será exposto o posicionamento de Milton Santos a partir dos argumentos que dão suporte a sua afirmativa, e, de forma breve, com Souza, apresentar-se-á o problema da falsa questão. Por fim, serão demonstrados os contra-argumentos de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que rebate algumas das premissas dos outros dois intelectuais, defendendo a questão ambiental como eminentemente geográfica.

### O ambiente como metáfora no pensamento geográfico

Milton Santos é muito direto ao executar sua crítica ao uso do conceito de meio ambiente na Geografia. Há de se destacar que esse tópico não constitui, minimamente, preocupação central dentro de seu sistema teórico, visto que o autor exclui o conceito de meio ambiente enquanto possibilidade de análise na Geografia. Ao mesmo tempo, é possível compreender seu posicionamento justamente a partir desse sistema teórico, que foi desenvolvido ao longo de suas obras, principalmente em relação ao conceito de meio, tão caro para o autor.

A discussão inicia-se pelo ponto basilar de sua crítica. Para Santos (1995), não existe meio ambiente diferente de meio. Para ele, a Geografia já possuía um conceito equivalente – o de meio, fundamental em sua obra –, sendo desnecessário, portanto, o uso dos conceitos de meio ambiente ou ambiente, o que faz com que este se torne, assim, uma metáfora na Geografia. Para entender esse raciocínio, é preciso

---

opinião de Maria Adélia a uma filiação ao pensamento de Milton Santos, cultor de uma Geografia puramente ‘Humana’ onde a natureza não tem quase lugar, sendo algo descartável... E, naquela ocasião, prometi refletir sobre o caso e, quem sabe, cometer mais um ensaio, possivelmente rotulado ‘A Questão Ambiental: uma falsa questão na Geografia?’ Recordo-me de haver, no calor do momento, referindo-me a geógrafos obcecados pelo humano e que têm ojeriza pela natureza.”

<sup>3</sup>Monteiro (2003) é, na realidade, uma reapresentação da obra Monteiro (1981). Originalmente, a obra possuiu uma pequena tiragem (dois mil exemplares) e está esgotada há muito. Em sua versão mais recente (2003), o autor reapresenta sua proposta, atualizando os exemplos, porém sem modificar a perspectiva ou sem alterar fundamentalmente seus argumentos. Além disso, o novo texto contém uma narrativa autobiográfica de grande valia, que permite entender tanto o debate posto, quanto os meandros dos debates acadêmicos. Sendo assim, essa obra atualizada possibilita que todos tenham o acesso a esse rico momento do pensamento geográfico brasileiro, visto que é uma obra disponível digitalmente e gratuita.

compreender o conceito de meio<sup>4</sup> dentro do seu sistema teórico, já que este é que a Geografia deve tomar para si. Porém, para este artigo, o necessário é elencar os pontos fundamentais em sua crítica ao conceito de meio ambiente. Será exposta agora a premissa que dá origem a esta seção e ao debate entre os pensadores:

Uma indispensável premissa de base é que não existe meio-ambiente diferente de meio. Tanto a geografia como a sociologia, desde o final do século XIX, basearam boa parte de suas proposições nesta ideia de meio que ainda hoje é válida. Pensadores como Humboldt, Ritter, Vidal de La Blache, Durkheim, entre outros, buscaram refletir a relação sociedade-natureza, considerando o entorno das sociedades como um dado essencial da vida humana. (Santos, 1995, p. 697).

Nesse trecho, o autor apresenta sua premissa mais elementar: não existe meio-ambiente diferente de meio. O conceito de meio é recorrente em sua obra (Santos, 2008), principalmente sob o viés da técnica, o qual é exposto enquanto meio natural ao meio técnico-científico-informacional, e são diversos os comentadores que se debruçam na abordagem do meio em Milton Santos. Como demonstrado em Biondo (2021), esse conceito, o de meio ambiente ou de ambiente, tem seu papel debatido desde a nascente científicidade na Geografia, o que é reiterado por Santos (1995). Para defender sua premissa, ele indica que: a) é o conceito de meio aquele que pode ser encontrado no pensamento geográfico da nascente ciência moderna; b) considerar o entorno é essencial para pensar a relação sociedade-natureza; c) o entorno é essencial para a vida humana. Nesse sentido, é possível entender o meio enquanto entorno.

Em texto mais recente, o autor avança em seu posicionamento, indicando que:

[...] o termo "meio ambiente" me incomoda profundamente. Não é uma questão corporativa; é que meio ambiente se constitui apenas uma metáfora, portanto não se pode teorizar a partir dessa noção. O que há é o *meio*, que por simplificação às vezes se chama meio ambiente, o que constitui também uma redução. (Santos, 2003, não paginado, grifos do autor).<sup>5</sup>

Para compreender o porquê de o autor aceitar tal premissa – a de que não existe meio ambiente diferente de meio – e para chegar a sua máxima – o meio ambiente é metáfora na Geografia –, precisa-se pontuar os seguintes argumentos,

---

<sup>4</sup>Para entender meio e técnica, ver Santos (2008). Para aprofundar o debate sobre meio, meio ambiente e técnica, ver Geraldino (2010).

<sup>5</sup>O texto tem origem em uma palestra proferida no ano de 2000.

que sustentam as suas críticas ao uso do conceito de meio ambiente na Geografia, sistematizados a partir de Santos (1992, 1995, 2003):

**a) O meio deve ser analisado a partir da história e da técnica, transformando-se, então, em meio-técnico**, pois, a natureza está, sempre, sendo redescoberta, com a criação da natureza social em uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno, acelerada pela mecanização. Mediante a tecnociência, a natureza artificializada alcança seu estágio supremo, onde a natureza e o homem tornam-se reciprocamente hostis. A natureza tecnicizada se impõe como algo abstrato, exigindo um discurso (Santos, 1992).

Técnica e natureza ainda assumem centralidade em sua proposta, e o entorno (meio) surge apartado do homem no atual meio-técnico-científico-informacional. Logo, a natureza social (ou socializada) exige uma leitura historicizada, não havendo a possibilidade de interpretações do meio que não se baseiem nela. Nesse sentido, o autor aponta que

[...] muitas visões ecológicas parecem também constituir, hoje, metáforas geográficas de grande aceitação. O enfoque ambientalista, por exemplo, de um lado, renuncia a um enredo histórico para explicar a transformação do meio e, de outro lado, propõe uma visão fragmentária desse meio. A falta de uma perspectiva histórica, que é substituída por uma sucessão ecológica, seria mais uma forma de decretar o fim do grande enredo e de propor uma noção de tempo cíclico alheio às mudanças históricas. É, ademais, uma geografia metafórica e redutora desde que “não existe meio-ambiente diferente de meio” (M. Santos, 1994:4), e o meio, como categoria abrangente que precisa ser operacionalizada, é desconhecido ou rejeitado. (Santos; Silveira, 1997, p. 23).

A crítica do autor dá-se naqueles entendimentos que importam o conceito de meio enquanto metáfora para a Geografia. Aqui há um ponto central em suas críticas às leituras ambientais. Para o autor, portanto, é somente a partir de uma análise histórica e do ponto de vista da técnica que é possível constituir um bom ponto de partida para uma periodização da problemática, bem como para o entendimento da situação atual do meio. Sua crítica evidente é de que o enfoque ambientalista desconsidera as relações totalizantes entre sociedade e natureza. Portanto, a técnica assume centralidade para a compreensão do conceito de meio e, por conseguinte, da Geografia. Para isso, deve-se considerar a historicidade do processo. A ideia da troca da natureza histórica pela natureza-espetáculo constitui pano de fundo para os seus argumentos. Ou, seja, considera a natureza em Geografia. Com ela, vêm diversas exemplificações, que marcam o momento histórico vivido durante o início dos anos

1990, com as grandes conferências globais em voga e a ampliação do debate ambiental para a sociedade. Nesse sentido, a natureza-espetáculo implica nesse tópico, bem como na ideia de reducionismo trazido pelo meio ambiente, como veremos a seguir.

**b) O meio ambiente traz consigo uma abordagem reducionista, com uma natureza mediática e falsa,** sendo apresentada como se fosse uma natureza-espetáculo. Para que se comprehenda melhor, apresenta-se a seguinte passagem:

Quando falamos em meio-ambiente em lugar de meio, certos enfoques atuais podem aparecer como reducionistas, na medida em que eles apenas se interessam por um dos aspectos de uma complexa problemática. Por exemplo, uma visão puramente ideológica da questão, uma visão puramente econômica ou uma preocupação exclusivamente tópica. (Santos, 2005, p. 148).

Vale lembrar que esses textos coincidem com grandes eventos globais relativos à temática ambiental, como a ECO-92<sup>6</sup>. Sendo assim, sua preocupação eram as grandes campanhas midiáticas que envolviam o financiamento de agências internacionais preservacionistas, sobre a falsificação do evento e o triunfo da apresentação sobre a significação, aniquilando os conceitos, esvaziando-os das correspondentes significações (Santos, 1995). De certa maneira antecipa a ecologia política. O autor atribui à mídia o papel de grande veículo desse processo, que, através do sensacional e do medo, capta a atenção. Ele externa essa preocupação ao analisar que “[...] muitos movimentos ecológicos, levados pela mídia, destroem, mutilam ou reprimem a Natureza [...]” (Santos, 1995, p. 24).

Dessa maneira, esses alertas se configuram para o autor como problemas atuais de uma Epistemologia do Meio Ambiente, pois, “[...] visto por esse prisma reservado, o ambientalismo seria uma redução, embora assumindo ares de cientificidade em nome da salvaguarda do planeta.” (Santos, 2005, p. 148). Finalizando, aponta o meio ambiente como “[...] uma redução que, como a expressão está dizendo, limita o raciocínio e pode trazer um perigo de equívoco que desejamos ultrapassar [...]” (Santos, 2003, não paginado), ou seja, não há como evidenciar a totalidade a partir do ambientalismo.

---

<sup>6</sup> A Conferência ECO-92 ou Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

**c) O lócus dos problemas é o lugar e o mundo.** Para Santos (1992, 1995), não é possível pensar nessa questão sem a sua dimensão espacial, não havendo, consequentemente, meio sem lugar, ou seja, não há fenômeno deslocalizado. O lócus do problema ambiental é o lugar e o mundo, pois:

[...] na fase atual, momento em que a economia se tornou mundializada, adotando um único modelo técnico, a natureza se viu unificada. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas. A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que, nesse nível, guia os investimentos, a circulação de riquezas, a distribuição de mercadorias. Porém, cada lugar é o ponto de encontro de lógicas que trabalham com diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, às vezes contrastantes, na busca de eficácia e de lucro, no uso das tecnologias e do capital e do trabalho (Santos, 1995, p. 19).

Trata-se de uma natureza unificada pela história a serviço dos atores hegemônicos, onde a técnica passou a ser mediação fundamental do homem com seu entorno. [...] Ao falarmos em meio-ambiente, portanto, temos que entender, antes de tudo, a formação desse meio-técnico que, hoje, é possível de ser apreendido na relação do lugar com o mundo, posto que a técnica é a base de realização da mundialidade como totalidade empírica (Santos, 1985) e esta somente é alcançada através dos lugares, na medida em que os lugares exprimem a funcionalização do mundo. (Santos, 2005, p. 142).

Nesse sentido, para o autor, vislumbrar abordagens ambientais que privilegiam o global<sup>7</sup> em detrimento do lugar é desconsiderar múltiplas histórias e técnicas. Assim, evoca o lugar (na relação com o mundo) como aquele capaz de possibilitar o entendimento do meio ambiente.

Como síntese final dessa exposição, pode-se dizer que os agravos ao meio ambiente são agravos ao meio de vida do homem, isto é, ao meio visto em sua integralidade (Santos, 1995). A partir das premissas anteriormente elencadas<sup>8</sup>, tem-se que “[...] meio ambiente se constitui apenas uma metáfora, portanto não se pode teorizar a partir dessa noção. O que há é o *meio*, que por simplificação às vezes se chama meio ambiente [...]” (Santos, 2008, p. 7, grifos nossos). Portanto, para o autor, **o meio ambiente é metáfora na Geografia**. Esse trecho demonstra a nítida preocupação de Santos em excluir o conceito de meio ambiente como centralidade,

---

<sup>7</sup>Vide os jargões que ainda permanecem, como “pensar globalmente, agir localmente”.

<sup>8</sup>Milton Santos divaga brevemente em um de seus textos (Santos, 2003) sobre o porquê de seu malgrado pelo conceito de ambiente. Nele, o autor aponta que o meio ambiente frequentemente pode levar ao determinismo, tendo em vista as associações realizadas a partir de uma perspectiva determinista que ocorreram (ainda ocorrem) na ciência, apontando, portanto, a necessidade de retomar o debate na sua raiz. Pensa-se que aqui também pode estar uma das contribuições para a dissociação do conceito de ambiente a um determinismo ambiental.

ou seja, não considerar o meio ambiente como capaz de operacionalizar a ciência geográfica – por ser uma metáfora. Para ele, o meio ambiente é um conceito que foi transportado de outra área do conhecimento científico para a Geografia, sem que fosse apropriado adequadamente dentro das teorias pertinentes a esta ciência, a fim de torná-lo operacional nessa disciplina. Logo, o conceito de meio ambiente apresenta-se recorrentemente como uma metáfora, e não um conceito, para a Geografia.

Nesse sentido, finaliza apontando que “[...] conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações” (Santos, 2008, p. 56). Para o autor, um conceito não pode passar automaticamente para outra disciplina e necessita de adequações, no presente caso, para tornarem-se operacionais para a Geografia. Sendo assim, “[...] é à geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos.” (Santos, 2008, p. 56).

Aqui está um ponto fundamental. Caso se concorde que “[...] a metáfora é um elemento do discurso, mas não pode substituir o conceito, a teoria, a explicação [...]” (Santos, 2008, p. 141) fazem-se necessários e evidentes dois posicionamentos: a) considerar o meio ambiente uma metáfora e abandoná-lo como conceito; b) teorizar, a partir da Geografia, o meio ambiente ou o ambiente. Sendo assim, nesta pesquisa, escolhe-se o segundo caminho, compreendendo, contudo, que só é possível construir um escopo teórico (e quiçá metodológico) quando for ultrapassado o caráter de pensadores e propostas isoladas da própria Geografia, para, assim, poder-se ter um conceito de ambiente que o liberte do risco das analogias e metáforas (Santos, 2008). Milton Santos (1995) vai situar sua preocupação e as críticas estabelecidas no contexto da especialização do saber durante o século XX, expressando que esse debate poderia trazer o comprometimento do entendimento a partir de uma visão imobilista, correndo risco de ficarem à deriva diante da tarefa de interpretação do presente (Santos, 1995). Sendo assim, admite que:

[...] a denominada crise ambiental a que hoje assistimos padece dessa situação e deve suscitar uma revisão das teorias e práticas das diversas disciplinas na medida em que demanda uma análise comprehensiva, totalizante, uma análise na qual as pessoas, vindas de horizontes diversos e que trabalhem com a realidade presente, tenham o seu passo acertado através do mundo, através de um legítimo trabalho interdisciplinar. (Santos, 2005, p. 139).

Na mesma linha de raciocínio, questiona-se como oferecer subsídios para uma epistemologia da questão do meio ambiente que contribua para o enfoque interdisciplinar (Santos, 1994). Para tanto, Santos aponta como estratégia inicial isto:

Através da escolha das temáticas e da seriedade da reflexão no trato com os conceitos, como, no caso, o devido cuidado com o termo meio ambiente, encontraremos, talvez, possibilidades de ação. Contextualizar a crise ambiental, fugindo de estudos tópicos e da sedução das campanhas globais, toma-se uma necessidade urgente, se quisermos apreender e propor soluções para o meio-ambiente, que como já dissemos e vale insistir, nada mais é que o meio de vida do homem, constituído, na sociedade contemporânea, como um meio técnico-científico-informacional. (Santos, 2008, p. 149).

Em Biondo (2021) veremos que essa abordagem de Milton santos não representa as interpretações mais contemporâneas sobre o ambiente. Nesse sentido, conclama que “[...] a crítica é o próprio caminho, uma visão, sempre a se renovar, do mundo, que espanta as imagens batidas e os conceitos surrados e propõe novas interpretações, novos métodos, novos temas.” (Santos, 1992, p. 3). Diante do exposto, é possível compreender que o autor concebe a necessidade de repensar as práticas da Geografia no que concerne ao conceito de (meio) ambiente.

Apesar de haver poucos trabalhos de Milton Santos debatendo a temática, eles apresentam-se significativos, e suas contribuições ainda reverberam. Por exemplo, Souza (2009) endossa o pensamento de Santos (2008) e vai um pouco além, especificamente explorando a justificação para refutar o conceito de meio ambiente na Geografia, apresentando-o como metáfora, ao propor contribuição ao debate científico no campo da disciplina geográfica sobre os significados de meio ambiente, pois “[...] ainda não foi feito na Geografia, com a profundidade que esses temas merecem.” (Souza, 2009, p. 101). Encontrando nesse campo muito vigor, defende que:

[...] na Geografia o conceito de meio ambiente não pode encontrar respaldo, pois não encontram consistência teórica. Aqui lidamos com o conceito de meio natural, meio geográfico, meio técnico e meio técnico científico e informacional, com profunda argumentação teórica e empírica. Meio ambiente é um conceito vazio, uma excrescência, desprovido de sentido teórico profundo. Uma metáfora, portanto. (Souza, 2009, p. 101).

É ainda importante abordar que a autora reconhece que:

[...] a dinâmica da vida humana no Planeta e a prática acadêmica fizeram crescer a necessidade de aprofundar a discussão deste tema de enorme importância e que ainda não foi discutido suficientemente do ponto de vista epistemológico e metodológico (teórico e conceitual) na Academia. Nesta,

apenas estudos de caso e relatos técnicos de observação sobre o denominado *meio ambiente* e suas consequências sobre a Terra têm sido feitos. Mas um debate teórico, profundo, isento, isso ainda está por ser realizado. [...] As matrizes montadas se revelam inconsistentes do ponto de vista do método: não há rigor disciplinar, nem interdisciplinar e sequer transdisciplinar. (Souza, 2009, p. 102, grifo da autora).

Portanto, a autora reconhece a importância das proposições teóricas dentro da questão ambiental, mas afirma que esse debate é raso e que necessita de aprofundamento. Nesse sentido, questiona-se: se tal conceito não foi debatido suficientemente, apesar de seu uso recorrente na Geografia, não é o papel daqueles que teorizam essa ciência pensarem nele? É esse o perigo das informações generalizantes e de alguém que não conhece detalhadamente a produção da área.

Além disso, precisa-se reconhecer que os esforços empreendidos principalmente na última década aportam novos conhecimentos ao debate. Contudo, isso não faz com que o debate seja anacrônico, uma vez que, naquele momento, diversas obras já haviam sido publicadas questionando parte de seus apontamentos.

O texto e seus problemas de construção – que perpassam, inclusive, em confusão conceitual entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, bem como em mistura do uso do conceito de ambiente com a pertinência da questão ambiental para a Geografia – convergem na seguinte reflexão:

[...] meio ambiente e desenvolvimento sustentável são falsos problemas acadêmicos e científicos. O que existe são processos geográficos, biológicos e processos geológicos interagentes e que podem e devem ser cientificamente estudados. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável são metáforas, discursos políticos e não temas científicos. (Souza, 2009, p. 104).

Há de se destacar que a autora problematiza a origem de seu texto, que está “[...] na veemência com a qual se têm formulado críticas a respeito do uso indiscriminado desses ‘conceitos’ na Academia.” (Souza, 2009, p. 104). É importante demarcar o uso entre aspas da palavra conceito, pois, como expressado com força pela autora, meio ambiente é metáfora e não um conceito acadêmico que deve figurar na ciência geográfica. Logo, o uso entre aspas contribui para a sua crítica. Sendo assim, para Souza (2009), esses são falsos problemas diante dos entendimentos que são necessários sobre: a natureza; a cognoscibilidade do planeta; o momento histórico; e acerca da reconstrução metodológica dos conceitos de ambiente e desenvolvimento sustentável. Nessa linha de raciocínio, não existem problemas ambientais, mas sim “[...] entende-se que existam questões sociais, questões

geográficas, problemas físicos do planeta a serem enfrentados. Não se pode compreender, portanto, os tais problemas ambientais." (Souza, 2009, p. 111).

Postas as abordagens críticas ao conceito de meio ambiente, faz-se imperativo trazer o contraponto a partir do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. Para isso, reconstituir-se-á parte da argumentação presente em Monteiro (2003). A preocupação central que moveu o autor a adentrar nessa discussão foi o apontamento da questão ambiental como uma "falsa questão" na Geografia. Logo, pensando sobre a validade (ou não) da temática ambiental na Geografia, Monteiro analisa que:

[...] depois de tudo o que eu vivenciei na militância acadêmica na Geografia e sua possível aplicabilidade – o que procurei relatar neste preâmbulo – não teria sentido procurar foros de validade, veracidade ou legitimidade ao tratamento da questão ambiental no escopo da Geografia. Bastaria, pelo menos, recorrer aos dois textos que, sob o rótulo de Geografia & Ambiente (I e II) apresentam toda uma argumentação sobre o tema (Monteiro, 1984 e 1997 *apud* Monteiro, 2003, p. 12).

Em outras palavras, o autor considera que sua própria obra e trajetória são suficientes e necessárias para responder a questão. Monteiro tem décadas de estudos que demonstram a pertinência e a aplicabilidade da questão ambiental na e para a Geografia, e as obras citadas contextualizam o debate. De fato, a obra supracitada do autor pode ser considerada um marco nas proposições sobre Geografia e ambiente no Brasil. Logo, é a partir da inversão da pergunta que começa sua argumentação: "[...] em vez de querer provar aquilo que já está suficientemente demonstrado, trata-se antes de indagar quais os motivos que teriam levado a que alguém viesse a pôr em dúvida a referida 'questão'." (Monteiro, 2003, p. 13). Nesse sentido, sua argumentação perpassa por encontrar elementos que apontem o porquê dessa exclusão, pois, para Monteiro (2003), não há o que se debater quanto a questão ambiental ser uma falsa questão na Geografia, visto que ela é uma questão eminentemente geográfica, como o autor vem empreendendo esforços para demonstrar. Ainda nessa inversão, questiona novamente Santos (1992), ao indicar que:

Este aspecto da falsidade do discurso da mídia acende uma luz sobre o problema que nos interessa como foco central nesta nossa conversa. Pode-se formular a pergunta: Poderá a falsidade do discurso (da mídia) invalidar a "questão"? E mais ainda: De que campo do saber científico emana a matriz desse falseamento pela mídia? Seria da Geografia? (Monteiro, 2003, p. 19).

Monteiro (2003, p. 18) reflete, portanto, sobre o papel da Geografia dentro do falseamento da questão ambiental e aponta que "[...]" torna-se pois, absolutamente

necessário considerar na espacialização da questão ambiental [...]. Pensa ser uma saída para as geógrafas e os geógrafos focarem no problema da localização e da distribuição (ou da própria territorialização) dos problemas ambientais, já que [...] a realidade geográfica – expressa na concretude dos lugares e territórios – não pode ignorar as componentes da Natureza, conjugadas àquelas da Sociedade.” (Monteiro, 2003, p. 28). Sendo assim, ele questiona o papel da Geografia nesse debate, pois, para o autor, apesar de haver o falseamento da questão ambiental pela mídia, esse problema não foi construído ou agravado pela Geografia. Dessa maneira, não caberia pensar que isso invalida a questão ambiental nessa ciência.

Monteiro (2003, p. 37) aponta que a passagem, reproduzida abaixo, “[...] é a chave mestra que desvela a fonte da ‘falsidade’ da Questão Ambiental.” E suas raízes são nitidamente marxianas. Para elucidar sua afirmação, o pesquisador propõe três argumentos. O primeiro versa sobre a criação de uma segunda natureza, em que:

[...] o princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas liga-se à concepção marxiana de “segunda natureza”. Malgrado a preocupação com o rigor científico do materialismo histórico, esta concepção “estática”, separativa entre as ações naturais e humanas não disfarça as raízes talmúdicas que, vez em quando, escapam no pensamento de Marx. A segunda natureza criada pelo homem, numa abstração a-histórica, está em sintonia com a criação do mundo e o aparecimento de Adão e Eva. A partir de que momento histórico poder-se-á apontar o início desta segunda natureza? Não tem havido uma progressiva e crescente derivação que o Homem – ao longo de toda a sua trajetória cultural e segundo sua capacidade técnica (domínio apropriativo das fontes de energia) – vem produzindo na face da Terra? O Homem que, malgrado seus atributos de inteligência, é também um “animal” e, como tal, também é natureza? A “reabsorção” de Sociedade e Natureza uma na outra e pela outra, nas propostas atuais, em curso, visam exatamente ressaltar este fato pelo que se vem considerando uma “redescoberta”, uma “nova aliança” entre os dois. (Monteiro, 2003, p. 38).

O segundo argumento é o questionamento de haver ou não a necessidade de raciocínios mais conjuntivos: “[...] a fragmentação de todas as esferas de vida social não seria resultante da tentativa capitalista de criar o Mercado?” (Monteiro, 2003, p. 38). Por fim, o terceiro defende que “[...] a relação entre ‘flexibilidade’ à ordem biológica de capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas é uma das grandes mutações que se vem verificando na ciência atual.” (Monteiro, 2003, p. 38). No mesmo raciocínio, pensa que a linearidade mecanicista, que induzia as ciências a um reducionismo aos termos da Física, está se mostrando ser dirigida à Física Moderna, que tende, exatamente, em vez de reduzi-las, a aproxima-las das ciências

da vida, com um proveito ainda não percebido pelas ciências humanas ou sociais. Apesar da extensão, é importantíssimo apresentar os oito pontos que sintetizam sua perspectiva sobre o falseamento da questão ambiental para a Geografia. Sendo assim, pode-se resumir a defesa da questão ambiental como eminentemente geográfica por Monteiro (2003) com base nos seguintes pontos:

1 - A “Questão Ambiental” eclodida neste final de século XX, bem como a consequente cruzada ambientalista, emanou das Ciências Biológicas notadamente da “Ecologia”, cuja palavra passou a ser uma das “chaves” mais recorrentes em nossos dias. Se a transformação do sentido (científico) em valor de uso (comercial) pelo discurso terrorista da mídia, distorce a questão num “jogo de palavras” há que reconhecer que o “fauvisme” das tintas utilizadas na pintura vale como alerta [...].

2 - Na Geografia a relação Homem-Natureza não decorre de um modismo recente mas atravessou os tempos com a preocupação de compreender os lugares como morada do homem numa relação que não é passiva mas conjuntiva já que, em sua evolução histórica o homem vem derivando os fatos naturais tanto positiva quanto negativamente. Os grandes avanços tecnológicos alcançados progressiva e vertiginosamente ao longo deste século exhirante agravaram os efeitos que, cumulativamente, atingiram o nível “global”.

3 - A “falsidade” da Questão Ambiental e sua invalidade como objeto das preocupações geográficas parecem decorrer de cultores de uma geografia Humana, proclamada enfaticamente como Ciência Social. Para aqueles a quem a geografia – indiscutivelmente antropocêntrica – concerne as relações Homem-Natureza na criação dos lugares na Terra, resta lembrar que a atual Questão Ambiental, partindo de sua visão “ecologista” carrega as tintas no aspecto sanitário e, embora não omitindo, empalidece a coloração no que diz respeito ao aspecto (indissociável) do econômico.

4 - Para a Geografia do Brasil, é incompreensível este caráter totalmente Humano-Social, descartador dos processos físicos naturais, que chega a ver na concepção atual de “Meio Ambiente” como algo “abstrato” legado a espaços-tempos virtuais, e perigosos. As concepções mais avançadas na ciência de hoje reformularam (redescobriram) os sentidos de um e do outro em algo que é significativamente benéfico ao avanço da ciência. De uma ciência menos pretensiosa do seu “poder” do ponto da admissão de volta a um conhecimento mais conjuntivo. Onde a alta especialização dê lugar a aproximação dos saberes pela “interdisciplinaridade”.

5 - No mundo “globalizado pelo mercado” de hoje mas acentuador das disparidades socioeconômicas entre os diversos países, é inadmissível que a Geografia feita no Brasil descarte a Natureza e os seus processos, já que suas dimensões continentais a coloca em pleno domínio intertropical, cujo conhecimento parece esperar ainda pelos moldes de análise dos países hegemônicos das regiões temperadas do hemisfério Norte.

6 - Esta minha concepção entra em perfeita sintonia com o que aqui foi exposto na brilhante conferência de abertura deste certame pelo Dr. BAUTISTA VIDAL. Relembrando a etimologia da palavra ECO (casa) NOMIA (organização, gerenciamento) ele reforça a concepção dos geógrafos ditos “físicos” de vez que não se pode organizar e gerenciar quando se ignora a casa, a morada, o lugar (os lugares) do Homem na face da Terra [...].

7 - A Geografia feita no Brasil – como de resto os outros campos do saber – deve fazer um esforço (embora supremo) para inteirar-se dos últimos avanços da ciência – que certamente são provenientes de fora, dos países

dominadores – e mergulhar na nossa realidade tropical (natural) para extrair dela os recursos necessários ao nosso desenvolvimento. Será contraproducente esperar, passivamente, que a transferência de tecnologias mediadoras entre a teoria (científica) e a prática (tecnológica) nos sejam fornecidas pelos hegemônicos de economia e poder mundial. Para eles interessa manter-nos no estado de “dominados” ou “dependentes”. Para nós urge queimar etapas e o único meio é mergulharmos em nossa realidade natural e social.

8 - Nossa endêmica síndrome colonial impede que assumamos nossa identidade tropical ao mesmo tempo que aquela de dependentes. Isto torna para nós, com a maior evidência, que a Natureza e a Sociedade são indissociáveis. (Monteiro, 2003, p. 42-44).

## **Considerações finais**

Para Monteiro (1981, 1984, 2003), as questões ambiental e social na Geografia são indissociáveis, e torna-se evidente que a questão ambiental é pertinente à ciência geográfica. Indiscutivelmente, as críticas de Milton Santos sobre o conceito de ambiente ser uma metáfora são válidas, pois chamam a atenção para a negligência das geógrafas e dos geógrafos com a temática. Quando se fala isso, o que se quer é evidenciar, apenas, que não se vislumbram preocupações que priorizem os entendimentos do conceito de ambiente fundamentalmente a partir da Geografia; ou, ainda, não significa excluir a possibilidade de pensamentos fronteiriços (Mignolo, 2014). Contudo, compreender que a questão ambiental é uma falsa questão na Geografia, não só pelo que foi exposto em Monteiro (2003), mas também com o auxílio de Biondo (2021) é, de certa maneira, produzir o apagamento dessa possibilidade de leitura de mundo ou conceber, ainda, uma imutabilidade da linguagem e da ciência e, consequentemente, de seus conceitos.

Nesse sentido, apresentar a questão ambiental como um falso problema na Geografia parece, antes de mais nada, não ser um dilema. Souza (2009), por exemplo, apela para a ideia de que apenas uma das alternativas é possível, com escolhas excludentes, isto é, em que apenas uma das alternativas é viável: ou se utiliza meio, ou não é geográfico. Parece ser perfeitamente possível conciliar alternativas, já que o real e a Geografia são extremamente complexos. Ao mesmo tempo, para complexificar os questionamentos, poder-se-ia pensar em significados diferentes para o mesmo conceito, e também parece que Milton Santos não vislumbrava essa possibilidade, visto que o conceito de meio está há muito estabelecido. Portanto, é inegável que a questão ambiental e, por conseguinte, o conceito de ambiente

constitui-se como um problema relevante para a Geografia.

Diante dessa perspectiva, expôs-se dois pontos que Milton Santos adianta ao debate extremamente contemporâneo sobre a questão ambiental: é, sim, necessário refletir de maneira historicizada a questão ambiental, visto que, sem ela, deflagram-se estudos de caráter técnico-instrumental (ou de raciocínios técnicos, nas palavras do autor), extremamente importantes dentro dos estudos da natureza, mas que não deveriam ser considerados temática ambiental; e que o conceito de lugar dentro da questão ambiental é fundamental.

Em contrapartida está Monteiro (2003), que sagazmente transforma a ambição da exclusão da questão ambiental da Geografia em elucidação, apontando as seguintes conclusões: o falseamento da questão ambiental não foi feito pela Geografia, portanto também caberia a ela contribuir para a elucidação dessa abordagem ambiental nas ciências e, mais especificamente, na própria Geografia; e a relação homem-natureza está presente há muito na Geografia, e esta deve reivindicar propostas mais conjuntivas.

Assim, defende-se que, para o pensamento geográfico, é fundamental pensar com conceitos e que esse tipo de atividade possui implicações diretas para a Geografia enquanto ciência. Nesse sentido, concorda-se com os escritos de Monteiro e considera-se que o conceito de ambiente pode ser fundamental para a Geografia e para o exercício do pensar a partir de conceitos, fundamentando um pensamento geográfico.

Reconhece-se que os autores escolhidos ressaltam algumas tendências de pensamento, o que não significa que houve uma homogeneização na forma de pensar de uma época. Apenas foram evidenciadas aquelas mais significativas, que exprimem o ponto de vista da Geografia e que poderiam contribuir para os pontos discutidos, o que não impede a ciência de, ao tratar de pensamentos significativos, poder excluir outras formas de pensar.

É também possível pensar que esse trajeto, com idas e vindas, é o esperado, dado o próprio movimento de constituição do conhecimento. O que é necessário é chamar a atenção para a quebra de linearidade de uma história única, visto que se pode traçar narrativas paralelas. Logo, a ideia de conceitos encerrados, estáticos e que não permitem alterações é um resquício de uma modernidade incompleta (Santos, 1995).

Ao mesmo tempo, assumir que a Geografia toma de assalto esse conceito da Biologia parece possível caso se acredite na imutabilidade de um conceito. É urgente, sobremaneira, apontar que a origem é importante, mas não demarca todas as possibilidades de uso dos conceitos, uma vez que estes são concebidos como construções sociais, culturais e também geográficas. Uma leitura que busque por precisão de origem é, nesse caso, uma valorização da unicidade da narrativa, o que é inexistente na produção do conhecimento, que se dá por diferentes sujeitos, apesar dessa valorização ser mais uma das consequências do pensar moderno hegemônico, visto que, como é sabido, o conhecimento moderno também não se apresenta com unicidade.

O que é preciso diferenciar é que, com uma demanda externa à ciência, surge, a partir dos anos de 1960, uma nova e diferente interpretação para essa discussão. Meio e ambiente figuram no rol das menções, extrapolam as barreiras acadêmicas e difundem-se a partir da mídia e da sociedade, retornando para a academia. Nesse momento, temos o embate entre o que é construção acadêmica e as novas demandas sociais (e ambientais). Sendo assim, defende-se que, a partir de então, nasceram necessárias e novas tentativas de definição para o conceito de ambiente, pois o desafio ambiental situado no século XX demandava essa reformulação, ou seja, mesmo termo, desafio ampliado. Portanto, era e é imperativo uma conceituação que dê conta dessa transformação, e é da academia que é esperada, pela sociedade, a realização dessa tarefa.

Agora, é inegável a pujança que o termo ambiente assume na Geografia, mesmo não vigorando como centralidade dentro dela, e as tensões, ainda que diminutas, que traz para esse campo teórico. Portanto, aqui se posiciona pela necessidade de reflexão acerca do conceito de ambiente, para que este possa ser uma possibilidade de centralidade na Geografia. Ainda, defende-se que, apesar da crise da razão que demandou e do trajeto nem sempre linear do conceito, bem como o entendimento de que as compreensões, assim como a linguagem, variam em espaço e no tempo, o conceito de ambiente deve responder a esse novo momento.

## REFERÊNCIAS

BIONDO, Evelin Cunha. **Da palavra ao conceito:** por uma leitura geográfica sobre o ambiente. 2021. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em : <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231307> . Acesso em 30 de out. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Siglo, 2014.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental na Geografia do Brasil: a propósito da “validade”, “espacialização” e “pesquisa universitários”. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 5, p. 7-49, maio 2003. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.paginas.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-05-A-Quest%C3%A3o-Ambiental-na-Geografia-do-Brasil-.Maio-de-2003.pdf> Acesso em: 18 abr. 2021.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A questão ambiental no Brasil: 1960-1980**. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1981. (Série Teses e Monografias, n. 42).

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Geografia e ambiente. **Revista Orientação**, São Paulo, n. 5, p. 19-28, 1984.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madrid, n. 15, p. 695-705, 1995. Disponível em: [http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-questao-do-meio-ambiente\\_MiltonSantos1995.pdf](http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-questao-do-meio-ambiente_MiltonSantos1995.pdf) . Acesso em: 18 abr. 2021.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **GeoTextos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 139-151, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/3033/2142> . Acesso em: 18 abr. 2021.

SANTOS, Milton. **1992**: a redescoberta da Natureza: aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 10 de Março de 1992. São Paulo: FFLCH/ USP, 1992. 12 p. Disponível em: [http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-REDESCOBERTA-DA-NATUREZA\\_MiltonSantos1992.pdf](http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-REDESCOBERTA-DA-NATUREZA_MiltonSantos1992.pdf) . Acesso em: 18 abr. 2021.

SANTOS, Milton. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. In: **Ciência e Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 310-314, 2003. Doi 10.1590/S1413-81232003000100024.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. De uma geografia metafórica da pós-modernidade a uma geografia da globalização. **Cultura Vozes**, São Paulo, v. 91, n. 4, ano 91, p. 14-30, 1997.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: as metáforas do capitalismo. **Cronos**, Natal, v. 10, n. 2, p. 101-117, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3289/2677> . Acesso em: 18 abr. 2021.

## NOTAS DE AUTOR

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Evelin Cunha Biondo - Concepção e elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

**FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

**CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

**APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

**CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

**LICENÇA DE USO**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

**HISTÓRICO**

Recebido em: 30-10-2023

Aprovado em: 05-04-2024